

MANUAL DE LEITURA

**TNSJ**  
TEATRO  
NACIONAL  
SÃO JOÃO  
PORTO

# Os Últimos Dias da Humanidade

Dá a impressão de que um aprendiz de feiticeiro se aproveitou da ausência do mestre. Mas em vez de água, há sangue.

---

KARL KRAUS  
*Noite Fechada*

# “Isto não é a paz”

## – Os últimos dias e depois

RUI BEBIANO\*

Numa obra recente, *To Hell and Back: Europe, 1914-1949*, que acaba de sair em edição portuguesa como *À Beira do Abismo* – um título bastante livre, mas nem por isso inexato –, o historiador britânico Ian Kershaw recorda uma frase do marechal Foch pronunciada em 1919, quando em Versalhes foi assinado o tratado destinado a confirmar e a completar o termo do conflito que ocorrera em novembro do ano anterior: “Isto não é a paz. É um armistício para 20 anos.”

Não se tratava de uma premonição, mas, como a realidade iria rapidamente comprovar, da percepção, por parte de alguém que estava bem no centro dos acontecimentos, da dimensão de uma tormenta que apenas tinha abrandado. Cinco anos antes, no verão de 1914, a maior parte da Europa havia mergulhado numa guerra catastrófica que se expandiu depois até outras paragens, provocou 19 milhões de mortos e demorou várias gerações a superar. Duas décadas e meia mais tarde, em 1939, os europeus iniciariam um segundo conflito que se revelou ainda mais destrutivo. Um confronto total, com mais de 40 milhões de vítimas apenas no continente onde foi acendido o rastilho, que teria no extermínio sistemático de civis um objetivo central, e cujo termo não impediu que a violência prosseguisse, num mundo que por longos anos continuaria retalhado e em estado de alerta.

Por mais de 30 anos, uma grande parte do planeta foi percorrida, como nos episódios de um horrível pesadelo, por quatro novos Cavaleiros do Apocalipse: a ascensão dos nacionalismos, sempre apoiados em manipulações da História e em preconceitos de natureza étnica; o apetite desenfreado de alguns Estados, projetado sobre territórios a anexar; a agudização dos conflitos de classe, potenciada pela eclosão da revolução bolchevique de 1917 e pelo impacto do seu exemplo; e, por fim, mas não em último lugar, uma prolongada e destruidora crise do capitalismo, acompanhada do inevitável rosário negro feito de instabilidade, violência, miséria e destruição.

Mas muito cedo, estava ainda o conflito de 1914-1918 para ter início, alguns europeus que dispunham de informação sobre o que estava realmente a acontecer, e tinham também uma aguda consciência crítica, haviam compreendido já que tudo aquilo estava para durar e não poderia deixar de piorar. Karl Kraus foi, sem dúvida, um deles.

1. Em 2014, quando do centenário da Primeira Guerra Mundial, desdobraram-se as tentativas para compreender melhor as circunstâncias da sua eclosão. Novos trabalhos coincidiram em algumas das razões que a historiografia sempre dera como certas e incontroversas. Ninguém contestou, por exemplo, que o conflito começou quando poucos esperavam que pudesse ocorrer, que ganhou uma extensão temporal e geográfica bem distante das expectativas de um confronto que se presumira curto e regional, e, acima de tudo, que introduziu um novo

---

\* Historiador.

equilíbrio nas relações entre os Estados, perturbando a ordem internacional vigente e criando as condições para o surgimento, duas décadas depois, de um confronto ainda mais feroz e letal.

Existem, todavia, características que só há pouco os estudos históricos reconheceram. Três delas justificam aqui uma atenção particular: a guerra não confrontou no terreno, pelo menos no seu início, modelos de Estado e de sociedade que fossem diametralmente opostos; desenvolveu-se num ambiente marcado por uma violência indiscriminada e sem precedentes; e emergiu no contexto de um conflito já latente, cuja gravidade não terá sido devidamente avaliada por quem tomava as grandes decisões políticas.

“Quem quer que procure diferenças fundamentais de caráter nacional” que possam ter provocado o confronto “nada irá encontrar nos registos das trincheiras”, escreveu Niall Ferguson em *A Guerra do Mundo*, uma obra na qual se procura mostrar como o século XX foi o mais violento e aterrador da História. Os pobres soldados que se defrontavam, sobretudo na Frente Ocidental, onde os combates foram mais mortíferos, eram recrutados em sociedades muito idênticas, sendo os exércitos de ambos os lados fundamentalmente compostos de operários industriais e de trabalhadores dos campos, contando com oficiais superiores de origem aristocrática e subalternos vindos da classe média, todos eles agrupados, de um lado e do outro, segundo credos e convicções semelhantes.

No romance *Le Feu*, de 1916, muito antes de se tornar o escritor comunista que conhecemos, Henri Barbusse, que se oferecera como voluntário para combater, perguntava aos seus companheiros de trincheira: “De que raça somos?” A resposta vinha clara: “De todas as raças. Vimos de todos os lados.” Para quem alimentava o espírito belicista, era, pois, necessário encontrar formas de mobilizar os combatentes que não passassem apenas pela animosidade contra uma determinada nacionalidade.

A coesão, necessária para alimentar a predisposição para o combate, foi, pois, fundada numa retórica nacionalista crescente, que rapidamente superou a influência que algumas correntes pacifistas e libertárias ainda haviam tido antes do conflito, mas viveu também das condições extremas em que todos tinham de lutar e a todos ligavam: o frio do inverno, o calor do verão, a humidade dos túneis subterrâneos, os gritos dos feridos, o fedor dos cadáveres e, acima de tudo, o medo omnipresente da morte. Apesar deste ter sido um tempo no qual a impiedade dos comandos perante a quebra da disciplina militar se acentuou, ocorreu, de facto, em ambos os lados, como que o alastramento de um novo espírito de missão, determinado pela percepção de um destino comum perante o horror.

2. As consequências dos combates e dos bombardeamentos no que respeita ao número de baixas civis e militares foram, de facto, devastadoras. Para quem conhece a história geral dos conflitos armados, é facilmente perceptível que esta guerra conteve uma dimensão de brutalidade expressa a uma escala nunca antes verificada. Mas mais do que o panorama espantoso dos números, terá sido a própria desvalorização da vida humana, associada a uma desestruturção dos valores de humanidade e compaixão, unidos ao mais elementar instinto de sobrevivência, que marcou o seu feroz desenvolvimento, apostado

principalmente na anulação do ânimo do inimigo e no seu esmagamento total, e não tanto na ocupação racional de objetivos territoriais estratégicos. Como, aliás, o comprovam as batalhas do Marne e do Somme, causadoras de gigantescas matanças mas travadas, pela estulta voracidade dos comandos, por franjas de terra sem grande valor estratégico.

A eficiência sem precedentes do armamento, uma maior capacidade de comando e manobra da estrutura hierárquica, a instalação galopante dos fenómenos de pânico, das perturbações psíquicas e da deserção, que não deixaram de crescer à medida que os soldados iam percebendo o seu papel de “carne para canhão”, puseram um fim efetivo ao modo como as batalhas eram até então travadas, determinando novos processos de extermínio e, ao mesmo tempo, de distanciamento físico do inimigo. O combate de trincheira, associado ao uso massivo de armas químicas, criou um cenário novo, no qual todos os antigos conceitos de honra militar deixaram de fazer qualquer sentido face a um inimigo sem rosto. Ao mesmo tempo, a banalização da violência, do sangue e dos ossos esmagados avançou a par e passo com o alastramento de atitudes de indiferença perante a crueldade.

E mesmo depois de obtida a paz foi conservado um sentimento de ódio total diante do inimigo, insensível ao facto de serem civis ou serem combatentes aqueles que se encontravam do outro lado: todos eram seres odiosos, cujos crimes tinham a cor da sua bandeira. Hitler e o Partido Nacional-Socialista virão, como se sabe, a recorrer a este sentimento de derrota e frustração para alimentar e propagar o seu ideário político revanchista.

3. Nos últimos anos, tem também sido prestada uma maior atenção a algumas das condições materiais e políticas que determinaram a eclosão e o curso da Primeira Guerra Mundial, sendo nesta vertente que a tendência para estabelecer comparações com o presente mais tem estimulado os historiadores.

Desde logo, observando o impacto de uma certa perceção otimista, alimentada nos anos que antecederam a guerra, de se viver então uma revolução tecnológica cujos resultados apenas poderiam ser benévolos para as sociedades no seu todo. Já se falou de um “salto quântico” sem precedentes, referindo uma viragem que estava a introduzir, num mundo que se movimentava ainda a cavalo ou de carroça, invenções tão perturbantes quanto os telefones, os aviões e os automóveis. Ao mesmo tempo, essa era uma época na qual as ideologias não detinham ainda um papel fulcral na representação e na orientação dos destinos do mundo, deixando a maioria dos cidadãos ao dispor das decisões erráticas e voluntaristas daqueles que os dirigiam.

O mais significativo, porém, para a disseminação do descalabro humano terá sido a forma como reis, imperadores, presidentes, ministros dos Negócios Estrangeiros, embaixadores ou comandantes militares foram incapazes de interpretar os sinais de violência que se tinham vindo a avolumar nos anos precedentes, alimentando a falsa noção de que, pelo menos na Europa, seria de todo impossível a eclosão de uma guerra em larga escala. O conhecido episódio da confraternização dos militares dos dois lados no Natal de 1914, trocando inclusive prendas e posando amigavelmente para fotografias, constituiu um sinal de como essa errada avaliação se mantinha ainda nas próprias fileiras, antes dos setores mais assumidamente belicistas tomarem em definitivo conta

das operações e posto em funcionamento uma máquina de propaganda destinada a disseminar o rancor e o ódio do inimigo.

Christopher Clark, especialista em História da Europa, tem chamado a atenção para a importância de uma tal dose de indiferença diante do perigo ou de inaptidão política por parte desses políticos e militares, sugerindo a possibilidade de, em condições semelhantes, o mundo atual poder seguir um idêntico destino. Chama-lhes “sonâmbulos”, encerrados no seu universo de interesses mais ou menos pessoais, homens “cegos perante a realidade do horror em que estavam prestes a lançar o mundo” e, como oportunistas, preocupados sobretudo com a resolução dos problemas mais imediatos. Escancarando sem remissão as portas à pior das guerras, em breve projetada numa paisagem caótica e devastada, feita de ferro, metralha, cinza e sangue. Em 1936, tantos anos depois, a escritora, crítica e jornalista Rebecca West (1892-1983) escreverá ainda, ao recordar aqueles dias e as circunstâncias que conheceu: “Jamais serei capaz de explicar o que aconteceu.”

4. Os tempos que se seguiram à paz, como previra Foch, não foram pacíficos. Na verdade, a semente do ódio tinha sido lançada e o combate por objetivos que nada tinham a ver com os interesses ou a vontade dos povos não poderiam deixar de crescer. Mas não apenas pelo alastramento daquela dose de irresponsabilidade patente nas escolhas e no comportamento de quem detinha o poder de Estado. A ideologia, entendida no sentido pejorativo que nela encontrou Raymond Aron, iria agora desempenhar um papel fundamental na ampliação da violência e da guerra, bem como na legitimação do sofrimento pessoal e coletivo que sempre as acompanham, contribuindo para naturalizar e tornar quase aceitável o mais apocalíptico dos cenários.

Em *Bloodlands (Terra Sangrenta*, na edição portuguesa), Timothy Snyder descreve os acontecimentos que, no período que corre de 1933 até 1945 – acompanhando a consolidação do nacional-socialismo e do estalinismo (1933-1938), a ocupação germano-soviética da Polónia (1939-1941) e a guerra entre a Alemanha e a União Soviética (1941-1945) –, transformaram aquela parte da Europa que se estende da fronteira da Polónia até à Rússia, através da Ucrânia, Bielorrússia e Estados bálticos, na área onde se concentrou em maior escala a arbitrariedade, a destruição, a violência, a dor e a morte, envolvendo esta, só naquelas paragens, um cemitério imenso, contendo cerca de 14 milhões de cadáveres.

Mas Snyder insiste em que esta realidade não nasceu pela intervenção exclusiva das iniciativas militares nem ficou confinada a essa região mais diretamente martirizada. Sublinha também o papel uma vez mais desempenhado por formas de poder que se vinham firmando, em particular na Europa, sobre práticas e sistemas que desvalorizavam o valor de muitas vidas humanas, sobrepondo o coletivo ao individual, fosse em nome da hegemonia política de uma classe social ou da afirmação do pretense destino histórico de cada uma das nações. Projetando sobre todas estas, com tais pressupostos em mente, o permanente rumor dos tambores da guerra.

Das ruínas dos impérios russo, alemão, austro-húngaro e otomano – cujas fronteiras, como tantas vezes acontecera no passado, haviam sido consideradas eternas –, não havia nascido qualquer vislumbre de uma ordem internacional

equilibrada e orientada para uma efetiva colaboração entre os Estados e entre os povos. A já referida Sociedade das Nações – idealizada em Versalhes em junho de 1919, quando do tratado de paz que encerrou de forma oficial o primeiro conflito mundial, abrindo formalmente o espaço para a construção de uma nova ordem – nunca teve uma efetiva capacidade de intervenção, transformando-se mais num espaço destinado a dirimir conflitos entre nações pela via diplomática do que um organismo ocupado com a construção de uma ordem equilibrada dos Estados. Por isso, não foi com espanto que em 1942 deixou de funcionar e quatro anos depois foi formalmente extinta, na mesma altura em que sob um novo compromisso político nascia a Organização das Nações Unidas.

A vida da Sociedade das Nações, instalada na cronologia da história mundial no período entre as duas guerras, correspondeu, afinal, a um permanente combate entre um ideal de paz nunca obtido e tensões entre interesses instalados ou emergentes, associadas a disputas territoriais que se mantiveram em permanente ebulição. Kershaw chamou a esses anos a “Era da Autodestruição”, durante a qual a Europa viajou até ao inferno e depois de o conhecer decidiu repetir a viagem, entre formas de competição pela obtenção de recursos, azedas disputas territoriais, preparação e consumação de genocídios, tensões sociais de várias espécies, fases de disseminação do ressentimento, do medo e do desejo de vingança. Tudo isto, uma vez mais, sob a direção de chefes políticos que colocavam o diálogo político e o respeito pelos direitos humanos sempre no último lugar da sua lista de prioridades, mesmo quando falavam em nome de regimes assentes na democracia representativa e no pluralismo.

5. A emergência dos fascismos esteve, desde o início, no centro deste vulcão. Associados no seu conjunto a um modelo de regime variável na forma como emergiu e se afirmou em diferentes Estados, e não apenas na Itália de Mussolini, eles definiram-se, por toda a Europa, como fenómenos políticos ao mesmo tempo aproximados e dotados de autonomia.

Regimes que com a sua ideologia, a sua cultura própria, o seu fervor nacionalista, o seu sistema de enquadramento e de “formatação” das massas, deram um sentido novo, menos circunstancial, à vertigem que desde a Primeira Guerra Mundial colocava o uso da força bruta como primeiro recurso para a solução dos mais diversos problemas colocados à administração dos Estados e ao relacionamento entre estes. A dimensão de violência inerente a estes regimes estendeu então a uma escala total – incluindo a que não era meramente física, mas abrangia o funcionamento das consciências – um sentimento de naturalização da forma de relacionamento agressivo entre as potências nacionais e também entre os governos e os seus cidadãos, que emergira e se instalara no decurso do conflito de 1914-1918. A instalação dos fascismos, como produto de um rancor social indiscriminado e disseminado a partir desta altura, é um facto que os livros de História têm vindo repetidamente a documentar e a comprovar.

Por outro lado, a experiência da revolução bolchevique e da consolidação política da União Soviética contribuiu também para este clima de tensão e desconfiança, ao propor como uma possibilidade concreta a construção de um modelo de sociedade radicalmente diverso daquele saído da consolidação

das democracias liberais, assente desde a origem na rejeição da propriedade privada e dos interesses dos indivíduos e dos grupos económicos que lhe estavam associados. E também ao lançar os fundamentos, sobretudo após o recuo dos ideais internacionalistas inicialmente projetados a propósito da necessidade de uma revolução operária mundial, de um padrão de equilíbrio internacional assente em dois grandes blocos e áreas de influência.

De facto, o fim político da III Internacional, ou Comintern, desativada na prática a partir de 1935 e definitivamente dissolvida em 1943, traduziu, em simultâneo, o fim da proposta bolchevique de uma revolução social ininterrupta, e a construção de uma espécie de clima de tática não-agressão, de entendimento com as outras potências vencedoras do segundo grande conflito mundial que a Guerra Fria transformaria em breve num episódio de curta duração.

Todo este cenário irá fundar-se, aliás, no levantamento de sistemas de propaganda e de informação que tinham nos meios de comunicação, em particular na imprensa e na emergente rádio, um dos seus instrumentos fundamentais, lançados como petróleo sobre o fogo para alimentar os conflitos, e que, vindos já dos primeiros anos do século, sobreviveram ao clímax de violência e catástrofe que teve lugar entre 1939 e 1945.

6. É neste contexto que a intervenção de Karl Kraus, e em particular a sua estratégia argumentativa para a escrita d'*Os Últimos Dias da Humanidade*, emerge como um marco, um sinal, ao mesmo tempo lúcido e pessimista, satírico e profético, como um prelúdio também, da catástrofe sem fim à vista cujo início teve ocasião de observar. Uma abordagem do seu papel como intelectual ultra-interventivo, com uma voz única que projeta, em particular a partir de 1899 com a sua intervenção na revista *Die Fackel (O Archote)*, não faz parte do propósito deste texto, mas ele não ficaria completo sem uma referência a dois aspetos, ambos centrais para um entendimento da obra na relação com as suas circunstâncias.

No centro da economia do texto desta "fantasia apocalíptica", tal como já foi designada, está a intervenção da figura do Eterno Descontente, reconhecida-mente um alter-ego do autor, que assume, ora em tom de ironia ora na forma de azedo desabafo, uma voz hipercrítica de uma realidade para a qual não vê remissão. Esta tem no centro da sua nociva afirmação o papel da imprensa e dos jornalistas, que culpa por uma espécie de destilação de um combustível capaz de propagar o fogo que a irresponsabilidade dos políticos havia ateadado.

O vilão, digamos assim, dos *Últimos Dias* – a par de Moritz Benedikt, o diretor e proprietário da *Neue Freie Presse* – é uma mulher, Alice Schalek (1874-1956), a jornalista, fotógrafa e escritora austríaca, correspondente de guerra do mesmo jornal vienês, para a qual as batalhas não eram muito diferentes das peças de teatro a que assistira confortavelmente em tempo de paz, *performances* a seu ver admiráveis, com os oficiais descritos e entrevistados como se se tratasse de atores principais e os soldados como meros figurantes.

Desde o início da sua atividade pública em *Die Fackel*, Karl Kraus considerara que a verdadeira liberdade de imprensa não tem inimigo maior que a própria imprensa, referindo que a pior censura, feita de omissões mas também de deturpações, é aquela exercida dentro dos jornais, em nome de interesses

que estes em larga medida veiculam. Por isso, a atividade jornalística funciona como uma forma autónoma de poder, que corrompe mais até do que é corrompida, chegando ao ponto de se erigir em juiz dos homens políticos, projetando, em função dos seus caprichos e interesses, tanto a sua ascensão quanto a sua queda. Como escreveu Jacques Bouveresse a propósito desta dimensão do trabalho de Kraus no contexto da sua época, durante a guerra de 1914-1918, “os guerreiros da imprensa, que provocaram a histeria belicista, acalentaram durante todos aqueles anos o entusiasmo patriótico, mentindo de forma sistemática sobre a realidade da guerra, sabendo ao mesmo tempo que nada do que pudesse acontecer aos chefes militares e aos responsáveis políticos os atingiria a eles”.

Numa intervenção pública datada de 1999, Pierre Bourdieu foi ainda mais longe, a propósito do modelo de leitura crítica proposto pelo redator da *Fackel*, ao mencionar que este levou a cabo “essa tarefa claramente heroica, que consiste em pôr em questão o próprio mundo intelectual”, ao qual tanto o autor como aqueles que este acidamente criticava pertenciam. Considerando, em seu favor, que “se há muitos intelectuais que colocam o mundo em questão, têm sido poucos os que põem em questão o próprio mundo intelectual”. E Kraus fê-lo, de facto.

Bourdieu fala então de uma espécie de liberdade de “difamação legítima” da qual certos jornalistas tantas vezes se apropriam, colocando nesta ideia o foco da sua abordagem da crítica feita a uma prática jornalística belicista e irresponsável, e referindo a dificuldade, mas ao mesmo tempo a necessidade, de contrariá-la. A denúncia dessa espécie de farisaísmo da imprensa, projetando uma violência que até poderia ter ajudado a conter, será, para o sociólogo francês, um dos grandes méritos da visão, do esforço e da “saúde moral” de Kraus, que ainda hoje podemos continuar a colher.

Um segundo aspeto a destacar ainda diz respeito à forma, desprovida de qualquer esperança, como o autor austríaco olhava os responsáveis políticos. “Figuras de opereta”, como refere no seu Prefácio aos *Últimos Dias*, que representavam a tragédia humana “daqueles anos irrealis, impensáveis, inacessíveis a toda a mente lúcida, fora do alcance da memória e só preservados num sonho sangrento”. Gente que, desgraçadamente, vinha emergindo “enquanto agente e porta-voz” de um presente onde se misturavam o sangue e a tinta. E que, como aqui fomos vendo, infelizmente permaneceu em cena para alguém da aparente e provisória paz.

7. Um jogo de morte tinha sido lançado e não se lhe via o fim. Na realidade, ele acontecia todos os dias porque todos os dias existia quem com ele de alguma forma beneficiava e contribuía para o alimentar. “O ar aqui cheira a mortalha”, proclama, no final d’*Os Últimos Dias da Humanidade*, “o filho por nascer”. É legítimo e assustador, nos tempos que correm, suspeitar que provavelmente ainda o respiramos.





